

Concurso público para qualificação de prestadores de serviço móvel terrestre

PROGRAMA DE CONCURSO

ANCP – Janeiro de 2008

Índice

Concurso público para qualificação de prestadores de serviço móvel terrestre	1
Secção I Disposições gerais	3
Artigo 1º Objecto do concurso	3
Artigo 2º Entidade pública contratante	3
Artigo 3º Concorrentes	3
Artigo 4º Critérios de qualificação	3
Artigo 5º Condições de pagamento	4
Secção II Propostas	5
Artigo 6º Apresentação de propostas	5
Artigo 7º Pedidos de esclarecimentos	5
Artigo 8º Proposta	6
Artigo 9º Propostas com variantes	7
Artigo 10º Documentos que acompanham a proposta	7
Artigo 11º Modo de apresentação das propostas	9
Secção III Acto Público do Concurso	10
Artigo 12º Abertura	10
Artigo 13º Regras gerais do acto público	10
Artigo 14º Admissão de concorrentes	11
Artigo 15º Admissão das propostas	12
Secção IV Qualificação dos Concorrentes	12
Artigo 16º Qualificação dos concorrentes	12
Artigo 17º Notificação da qualificação	12
Artigo 18º Anulação da qualificação	12
Artigo 19º Causas de não qualificação	13
Secção V Acordo-quadro	13
Artigo 20º Minuta do acordo-quadro	13
Artigo 21º Reclamações contra a minuta	13
Artigo 22º Celebração do acordo-quadro	14
Secção VI Declarações e Documentos	14
Artigo 23º Prova de declarações	14
Artigo 24º Falsidade de documentos e declarações	15
Secção VII Cauções	15
Artigo 25º Caução para garantir o cumprimento de obrigações	15
Secção VIII Disposições Finais	15
Artigo 26º Anulação do procedimento	15
Artigo 27º Legislação aplicável	16

Secção I
Disposições gerais

Artigo 1º
Objecto do concurso

O presente concurso tem por objecto a celebração de um acordo-quadro para a prestação do Serviço Móvel Terrestre (SMT), mediante a qualificação de concorrentes que possuam licença válida emitida pelo ICP – ANACOM, para o Lote ou Lotes a que concorram.

Artigo 2º
Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., abreviadamente designada ANCP, sita na Avenida Elias Garcia n.º 103, 1050-098 Lisboa, com os números de telefone 217 944 200 e telefax 217 944 242 e com o e-mail aq.smt@ancp.gov.pt.

Artigo 3º
Concorrentes

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e sejam titulares de licença válida emitida pelo ICP – ANACOM, para o Lote ou Lotes a que concorram.

Artigo 4º
Critérios de qualificação

1- Serão qualificados, para cada um dos Lotes, os concorrentes que cumpram os requisitos técnicos e funcionais mínimos e níveis de serviço constantes do caderno de encargos, nos termos definidos na alínea b) do número 4 do artigo 8º deste programa de concurso.

2- Todos os concorrentes qualificados serão ordenados segundo o preço, por ordem crescente do valor, para cada um dos Lotes.

3- Para efeitos da determinação dos preços, a que se refere o número anterior, serão aplicadas aos valores apresentados, nos termos definidos na alínea d) do número 4 do artigo 8º deste programa de concurso, as seguintes fórmulas por Lote:

a) Lote 1 – Serviço Móvel de Voz e Dados

$$V1 = 0,35 * C11 + 0,2 * C13 + 0,3 * C14 + 0,15 * C15$$

Sendo:

V1 = valor do Lote 1; C11 = preço por minuto das chamadas para a Rede Móvel “Intra-conta”; C13 = preço por minuto das chamadas para a Rede Móvel “On-Net”; C14 = preço por minuto das chamadas para as Redes Móveis “Off-Net”; C15 = preço por minuto das chamadas para as Redes Fixas “SFT”;

b) Lote 2 – Serviço Telefónico Fixo-Móvel

$$V2 = 0,4 * C21 + 0,25 * C22 + 0,35 * C23$$

Sendo:

V2 = valor do Lote 2; C21 = preço por minuto das comunicações para a Rede Móvel “Intra-conta”; C22 = preço por minuto das comunicações para a Rede Móvel “On-Net”; C23 = preço por minuto das comunicações para as Redes Móveis “Off-Net”;

c) Lote 3 – Serviço Móvel de Dados

$$V3 = C31$$

Sendo:

V3 = valor do Lote 3; C31 = preço por MB de tráfego de dados de Internet.

Artigo 5º Condições de pagamento

Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a fornecer.

Secção II

Propostas

Artigo 6º

Apresentação de propostas

- 1- As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentadas até às 17 horas do dia 20 de Março de 2008.
- 2- As propostas e os documentos que as acompanham podem ser entregues directamente na morada indicada no artigo 2.º, entre as 10 horas e as 17 horas, ou enviadas por correio registado para a mesma morada, desde que a recepção ocorra até à data fixada no número anterior.
- 3- A data limite fixada no n.º 1 pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa de concurso, o caderno de encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
- 4- A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.
- 5- A entidade pública contratante pode também, caso assim o entenda, prorrogar o prazo para a apresentação das propostas.

Artigo 7º

Pedidos de esclarecimentos

- 1- Os interessados podem ainda solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos até ao dia 13 de Fevereiro de 2008, inclusive.
- 2- Os pedidos devem ser solicitados, por escrito, ao júri do concurso para a morada indicada no artigo 2.º.
- 3- Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri, por escrito até ao dia 3 de Março de 2008, inclusive.

Artigo 8º
Proposta

- 1- Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de celebrar o acordo-quadro e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 2- Para efeitos de apresentação da proposta, o concorrente deverá considerar os seguintes serviços:
 - a) Lote 1 – Serviço Móvel de Voz e Dados;
 - b) Lote 2 – Serviço Telefónico Fixo-Móvel;
 - c) Lote 3 – Serviço Móvel de Dados.
- 3- Os concorrentes poderão concorrer a qualquer um dos Lotes constantes do número anterior, a dois ou a todos eles.
- 4- Na proposta o concorrente deve apresentar os seguintes elementos:
 - a) Identificação do Lote ou Lotes aos quais concorre, conforme modelo constante do Anexo II ao programa de concurso;
 - b) Declaração de cumprimento dos requisitos técnicos e funcionais mínimos, e níveis de serviço, conforme modelos constantes dos Anexos III.1, III.2 e III.3 (para os Lotes 1, 2 e 3 respectivamente) ao programa de concurso;
 - c) Memória Descritiva na qual indique de forma detalhada o cumprimento total dos requisitos e níveis de serviço referidos na alínea anterior;
 - d) Proposta de preços máximos a praticar no âmbito do acordo-quadro e indicação de preços de referência de mercado, conforme modelos constantes dos Anexos IV.1, IV.2 e IV.3 (para os Lotes 1, 2 e 3 respectivamente) ao programa de concurso;
 - e) Proposta de descontos mínimos a aplicar sobre a facturação mensal à entidade adquirente, distribuídos por três escalões de valor de facturação, a definir pelo concorrente, conforme modelos constantes dos Anexos IV.1, IV.2 e IV.3 (para os Lotes 1, 2 e 3 respectivamente) ao programa de concurso;
 - f) Apresentação da tipologia de equipamentos a disponibilizar, conforme modelos constantes dos Anexos V.1 e V.2 (para os Lotes 1 e 3 respectivamente).

- 5- Na proposta o concorrente pode especificar aspectos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
- 6- Os preços, que não devem incluir IVA, são indicados em euros, em algarismos e por extenso.
- 7- A proposta deve mencionar expressamente que aos preços acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- 8- A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou pelos seus representantes.
- 9- O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 60 dias contados da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.
- 10- Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.
- 11- Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos, ensaios ou outras actividades com ela conexas, são suportados integralmente pelos concorrentes.

Artigo 9º Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 10º Documentos que acompanham a proposta

- 1- A proposta deve ser acompanhada de:
 - a) Declaração na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número de bilhete de identidade ou de pessoa colectiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa colectiva, a denominação social, número de pessoa colectiva e número de matrícula na conservatória do registo comercial, sede, filiais que interessem à execução do acordo-quadro, objecto social, nomes dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem;

- b) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente programa de concurso;
 - c) Documentos exigidos nos termos dos números seguintes.
- 2- Para a avaliação da capacidade financeira do concorrente, a proposta deve ser acompanhada dos seguintes documentos:
- a) Declarações bancárias adequadas ou prova de subscrição de um seguro de riscos profissionais;
 - b) Documentos de prestação de contas dos três últimos exercícios findos ou dos exercícios findos desde a constituição, caso esta tenha ocorrido há menos de três anos;
 - c) Declaração Modelo 22 de IRC dos três últimos exercícios findos ou dos exercícios findos desde a constituição, caso esta tenha ocorrido há menos de três anos;
 - d) Declaração do concorrente na qual indique, em relação aos três últimos anos, o volume global dos seus negócios e dos serviços objecto do presente concurso e o volume relativo ao sector público local e central;
 - e) Certidões comprovativas de que se encontra em situação regularizada relativamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.
- 3- Para a avaliação da capacidade técnica dos concorrentes, a proposta deve ser acompanhada de licença válida emitida pelo ICP – ANACOM, para o Lote ou Lotes a que concorram.
- 4- No caso de na ordem jurídica do país de origem do concorrente não existirem documentos idênticos aos especialmente requeridos nos números 1 e 2 do presente artigo, podem os mesmos ser substituídos por declarações, sob compromisso de honra, feitas pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.
- 5- No caso de o concorrente pretender propor a subcontratação parcial da prestação de serviços, a proposta deve ainda ser acompanhada, relativamente às entidades a subcontratar, dos mesmos documentos exigidos no n.º 3 deste artigo.
- 6- Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.

- 7- Quando o concorrente, justificadamente, não estiver em condições de apresentar os documentos exigidos no n.º 2 pode provar a sua capacidade financeira através de outros documentos, desde que estes sejam aceites pelo júri.
- 8- Para o efeito do disposto no número anterior, pode o interessado solicitar informações ao júri, sendo aplicável o regime estabelecido no artigo 7.º.

Artigo 11º
Modo de apresentação das propostas

- 1- A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.
- 2- A proposta, elaborada nos termos do artigo 8.º e contendo os elementos do n.º 4 do mesmo preceito, é apresentada em invólucro opaco e fechado em cujo rosto se escreve a expressão “Proposta” e o nome ou denominação do concorrente.
- 3- A proposta deve ser igualmente apresentada em formato electrónico utilizando os ficheiros disponibilizados com o Caderno de Encargos e incluída no invólucro referido no número anterior.
- 4- Os documentos a que se referem os números 1, 2 e 3 do artigo anterior são apresentados noutra invólucro, também opaco e fechado em cujo rosto se escreve a palavra “Documentos” e o nome ou denominação do concorrente.
- 5- Os invólucros referidos nos números anteriores são, por sua vez, guardados num outro invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se identifica o concurso.

Secção III
Acto Público do Concurso

Artigo 12º
Abertura

- 1- Pelas 14 horas do dia útil imediato à data limite para a apresentação das propostas, na ANCP, sita na Avenida Elias Garcia, n.º 103 – 6.º, em Lisboa, procede-se, em acto público, à abertura dos invólucros recebidos.
- 2- Por motivo justificado, pode o acto público realizar-se nos 10 dias subsequentes ao indicado no número anterior, em data a determinar pela entidade pública contratante.
- 3- A eventual alteração da data do acto público é comunicada aos interessados que procederam ou venham a proceder ao levantamento dos documentos de concurso e publicitada pelos meios que o júri entenda mais convenientes.

Artigo 13º
Regras gerais do acto público

- 1- Ao acto público pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes, devidamente credenciados.
- 2- Os concorrentes ou os seus representantes podem, no acto:
 - a) Pedir esclarecimentos;
 - b) Apresentar reclamações sempre que seja cometida, no próprio acto, qualquer infracção à legislação aplicável ou ao presente programa;
 - c) Apresentar reclamações contra a admissão de qualquer outro concorrente, das respectivas propostas ou contra a sua própria admissão condicionada ou exclusão, ou da entidade que representam;
 - d) Apresentar recurso hierárquico facultativo das deliberações do júri tomadas no âmbito do acto público;
 - e) Examinar a documentação apresentada durante um período razoável a fixar pelo júri.

- 3- As reclamações dos concorrentes e os recursos hierárquicos facultativos podem consistir em declaração ditada para a acta ou em petição escrita.
- 4- O recurso hierárquico facultativo tem obrigatoriamente de ser interposto no próprio acto público.
- 5- As deliberações do júri tomadas no âmbito do acto público são notificadas aos interessados, no próprio acto, não havendo lugar a qualquer outra notificação, ainda que não estejam presentes ou representados no referido acto os destinatários dessas deliberações.

Artigo 14º Admissão de concorrentes

- 1- São excluídos os concorrentes:
 - a) Cujas propostas não sejam recebidas no prazo fixado;
 - b) Que nos documentos incluam qualquer referência que seja considerada indiciadora do preço da proposta ou das respectivas condições de pagamento;
 - c) Que não observem o disposto no artigo 11.º, desde que a falta seja essencial.
- 2- São admitidos condicionalmente os concorrentes que:
 - a) Não entreguem a totalidade dos documentos exigidos nos termos do artigo 10.º;
 - b) Na documentação apresentada omitam qualquer dado exigido.
- 3- No caso de existirem concorrentes admitidos condicionalmente, o júri concede-lhes um prazo, até cinco dias, para entregarem os documentos em falta ou para completarem os dados omissos, contra a emissão de recibo no caso de a entrega não ser feita de imediato no acto público, não sendo exigida qualquer formalidade para a respectiva apresentação.
- 4- São excluídos os concorrentes admitidos condicionalmente quando:
 - a) Não entreguem os documentos em falta no prazo fixado;
 - b) Na nova documentação apresentada incluam qualquer referência que seja considerada indiciadora do preço proposto ou das respectivas condições de pagamento;

- c) Na nova documentação apresentada seja omitido qualquer dado exigido ou não sejam entregues, no prazo fixado, os dados entretanto exigidos e desde que, em qualquer caso, a falta seja essencial.

Artigo 15º
Admissão das propostas

São excluídas as propostas que:

- a) Não contenham os elementos exigidos nos termos do n.º 4 do artigo 8.º;
- b) Não observem o disposto no artigo 11.º, desde que a falta seja essencial;
- c) Sejam apresentadas como variantes.

Secção IV
Qualificação dos Concorrentes

Artigo 16º
Qualificação dos concorrentes

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade pública contratante, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, qualifica os concorrentes que irão ser partes no acordo-quadro conforme o artigo 4º deste documento.

Artigo 17º
Notificação da qualificação

Nos cinco dias posteriores à respectiva decisão, todos os concorrentes são notificados do acto de qualificação.

Artigo 18º
Anulação da qualificação

A qualificação considera-se sem efeito, em relação a um concorrente, quando, por acto que lhe seja imputável:

- a) Não entregue a documentação que lhe seja exigida nos termos do artigo 23.º;
- b) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do acordo-quadro.

Artigo 19º
Causas de não qualificação

- 1- Não há lugar à qualificação de qualquer concorrente nos seguintes casos:
 - a) Quando todas as propostas apresentadas sejam consideradas inaceitáveis pela entidade pública contratante;
 - b) Quando houver forte presunção de conluio entre os concorrentes, nos termos do disposto no artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.
- 2- Caso se verifique a não qualificação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adoptar de seguida e dos respectivos fundamentos.

Secção V
Acordo-quadro

Artigo 20º
Minuta do acordo-quadro

- 1- A minuta do acordo-quadro é enviada aos concorrentes qualificados nos termos da Secção anterior, para aceitação.
- 2- A minuta considera-se aceite pelos concorrentes qualificados quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respectiva notificação.

Artigo 21º
Reclamações contra a minuta

- 1- São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.

- 2- Em caso de reclamação, a entidade pública contratante comunica ao reclamante, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser naquele prazo.

Artigo 22º Celebração do acordo-quadro

- 1- O acordo-quadro deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento sobre a decisão da reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respectivo deferimento tácito.
- 2- A entidade pública contratante comunica aos concorrentes qualificados, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que se celebra o acordo-quadro.
- 3- Se a entidade pública contratante não celebrar o acordo-quadro no prazo fixado, podem os concorrentes desvincular-se da proposta, sem prejuízo de direito a justa indemnização.

Secção VI Declarações e Documentos

Artigo 23º Prova de declarações

- 1- A entidade pública contratante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- 2- No prazo fixado na notificação do acto de qualificação dos concorrentes, devem estes entregar documentos comprovativos de que não se encontram em nenhuma das situações referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, apresentando, para o efeito, certidões emitidas pelas autoridades competentes do respectivo Estado membro.
- 3- O prazo fixado nos termos do número anterior pode, por motivos devidamente justificados, ser prorrogado.

- 4- Quando solicitado para comprovação negativa das restantes situações referidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, é suficiente a apresentação de certificado do registo criminal ou, na sua falta, de documentos equivalentes emitidos pelas autoridades judiciais ou administrativas competentes.
- 5- A não apresentação pelo concorrente dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do concurso ou da anulação da qualificação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela entidade pública contratante.

Artigo 24º Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respectiva exclusão ou a invalidade da escolha do concorrente em causa e dos actos subsequentes.

Secção VII Cauções

Artigo 25º Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não haverá lugar à prestação de caução.

Secção VIII Disposições Finais

Artigo 26º Anulação do procedimento

- 1- A entidade pública contratante pode, em qualquer momento, anular o presente concurso quando:
 - a) Por circunstância imprevisível, seja necessário alterar os elementos fundamentais dos documentos que servem de base ao concurso;
 - b) Outras razões supervenientes e de manifesto interesse público o justifiquem.
- 2- No caso da alínea a) do número anterior, é obrigatória a abertura de um novo concurso, no prazo de seis meses a contar da data da deliberação de anulação.
- 3- A deliberação de anulação do concurso é fundamentada e publicitada nos mesmos termos em que foi publicitada a sua abertura.
- 4- Os concorrentes que, entretanto, tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da deliberação de anulação do concurso e, ulteriormente, da abertura de novo concurso.

Artigo 27º
Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso aplica-se o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) No Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- b) Na Directiva 2004/18/CE, de 31 de Março;
- c) No Decreto-Lei n.º 1/2005, de 4 de Janeiro;
- d) No Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de Fevereiro;
- e) Na Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro;
- f) No Código de Procedimento Administrativo.